

Racionalidade técnica e racionalidade ética

Rogério Valle

A TÉCNICA É BOA OU RUIM?

Dentre as muitas expressões do “conflito de racionalidades” que há de caracterizar este nosso fim de século, a mais antiga talvez seja a do papel social da técnica. Vista sob o ponto de vista social, às vezes a racionalidade técnica parece extremamente positiva, às vezes, extremamente negativa.

Em alguns momentos, os homens ficam embevecidos com a evolução das ferramentas que eles mesmos criam para inovar suas formas de existência material. Karl Marx, como aliás toda uma corrente de pensamento dominante no século XIX, julgava que a técnica teria um papel essencialmente libertador; mais ainda, apoiava este ponto de vista no que lhe parecia ser uma argumentação científica: a evolução das forças produtivas alteraria de tal forma as condições de concorrência das empresas, que o anseio dos operários por um novo tipo de relações sociais encontraria um sólido apoio objetivo, isto é, historicamente material.

Em outros momentos, porém, os homens se assustam com sua própria obra; julgam ter perdido o controle sobre ela e temem pelo seu futuro. A Escola de Frankfurt, por exemplo, levou adiante o pessimismo de Max Weber e difundiu a idéia de que a técnica é opressão e de que ela tenderia a destruir a cultura.

Este dualismo entre a positividade e a negatividade da técnica esteve presente na sociedade brasileira durante os últimos cem anos. Até, digamos, 1968, a primeira posição era talvez a maior “certeza comum” de nosso meio intelectual. Os positivistas do começo do século e os marxistas menos dialéticos partilhavam uma mesma confiança no “progresso técnico” que, superando os entraves da metafísica e da religião, nos tiraria do subdesenvolvimento. Passava-se então a discutir se a sociedade brasileira teria a capacidade de promover este progresso técnico através de uma expansão das relações capitalistas. Colocada a questão nestes termos, abria-se uma possibilidade de confronto entre agentes sociais bem diversos como, por exemplo, jovens economistas desenvolvimentistas, industriais paulistas (que

desde o começo do século propunham uma orientação técnica e não “humanista” para a educação) e até mesmo militares (devido à formação positivista que molda o Exército Brasileiro desde sua origem).

A visão crítica que se instala após os acontecimentos de 1968 representa uma forte reação aos aspectos negativos da modernidade. Através de caminhos indiretos, chegam até nós certas concepções inspiradas em Marcuse, onde se afirma que a técnica atual teria sido totalmente impregnada pelos interesses de dominação do capitalismo. No nosso país, isto significou uma forte recusa do desenvolvimento (então conduzido pelo Estado autoritário) e uma reorientação política no sentido de uma organização autônoma dos grupos populares onde pouca coisa era deixada por conta de decisões técnicas.

TÉCNICA E ÉTICA

Por trás desta incerteza quanto ao papel da racionalidade técnica, há um grande temor de que seu desenvolvimento vertiginoso nos tempos atuais venha a destruir a ética, a religião, o debate político, as artes, a cultura, etc. A maioria da Humanidade não quer pagar este preço, mas, ao mesmo tempo, não abre mão de utilizar as inovações tecnológicas. Quanto mais moderno for o meio em que vivemos e trabalhamos, mais fortemente sentiremos este conflito de racionalidades, que é também, evidentemente, um conflito de *formas de agir*. Trata-se de um problema central do homem moderno.

Para Max Weber, a *racionalidade instrumental* (maneira de agir, por exemplo, do capitalista moderno e secularizado, que calcula quais os melhores meios para atingir seus fins predeterminados) tende a restringir drasticamente o espaço da *racionalidade ética* (maneira de agir onde o cálculo dos meios em função dos fins não desaparece, mas torna-se dependente do seguimento de valores). Aos poucos, a racionalidade instrumental penetrará no interior das instituições e estas serão cada vez mais formalizadas e impessoais: a racionalização social implica numa burocratização. Os homens perderiam assim a liberdade de agir seguindo sua própria vontade. Por isto, a Modernidade se revelou como um impressionante processo de desencanta-

(1) Doutor em Sociologia pela Universidade de Paris, Diretor de Pesquisa do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais - CERIS.

mento do mundo. A racionalização teria usado a religião (ou, mais exatamente, a ética de inspiração religiosa) para se impor; depois, teria solapado as bases de sustentação da explicação religiosa do mundo. O capitalismo atual não necessita de nenhuma motivação religiosa...

A conclusão de Weber se explica pelo fato de que, para ele, não há ética possível, se não há religião. Uma vez destruídas as bases de validade do discurso religioso, perde-se também a unidade que ele proporcionava entre as diversas esferas de valor. O resultado é que o mundo moderno se caracterizaria por uma luta inexorável opondo valores (políticos, culturais, econômicos, etc) que teriam sido absolutizados. Dentro de cada uma destas esferas de valor, os homens agiriam segundo uma racionalidade puramente estratégica.

Estranha racionalização. Dentro de cada esfera de valores (política, ciência, economia, arte moderna, etc) haveria uma racionalidade crescente, mas a escolha pessoal de uma destas esferas de valor seria algo irracional, uma espécie de fé na ciência, ou nas artes, ou nos princípios econômicos e administrativos... A consequência é que as esferas de valor tenderiam a se opor e a se excluir. Segundo Weber, o desenvolvimento cultural acabaria por criar, por um lado, "especialistas sem espírito" e, por outro, "sensualistas sem coração", ambos "nulidades que imaginam ter atingido um nível de civilização nunca antes alcançado"².

Esta perda de uma totalidade de sentido para a vida humana é dura para se engolir. Procurando bem nos escritos menos conhecidos de Weber, pode-se encontrar a idéia de que é possível um compromisso entre tais "valores últimos". Não se trataria, contudo, de uma conciliação lógica, construída através de raciocínios e argumentos, mas de um simples *modus vivendi* puramente pragmático, isto é, que não pode ir além do plano da ação. Os valores últimos não se reduziriam a um único valor comum, mas se deixariam justapor, acomodando-se uns aos outros, mas sem se deixarem penetrar pelos demais. Por isso, teríamos um compromisso sempre precário e provisório.

A questão que podemos nos fazer é a seguinte: é possível um acordo entre os agentes sociais que dependa duma cláusula de, por assim dizer, isolamento da reflexão? Quais as consequências de uma situação onde haveria acordo quanto à maneira de agir e desacordo quanto à maneira de pensar?

Estamos aqui diante de um verdadeiro dualismo entre ação e reflexão, entre prática e teoria, entre interesses e idéias. Weber foi um neokantiano, portanto, alguém envolvido com um projeto **anti-dialético**. Esta opção teórica o levará, por exemplo, a separar totalmente racionalidade estratégica e racionalidade ética. Podemos portanto julgar que

o impasse com que se depara Weber corresponde ao atingido pelo próprio Kant, que pensara a modernidade emergente.

O QUE É ÉTICA?

Agir eticamente é agir na Justiça. A Justiça é, simultaneamente, eixo central de todas as virtudes morais, na vida pessoal, e fundamento da ética das normas, na vida pública. No plano pessoal, a Justiça é esta disposição interior e subjetiva que leva o cidadão a cumprir os atos prescritos pela lei e, através disto, tornar-se senhor de si. No plano social, a Justiça fornece as normas jurídicas e políticas que organizam a vida social, presidem a correta divisão dos bens materiais e mandam respeitar a coisa pública.

Podemos então concluir que a Justiça deve ser a base de todo projeto alternativo de sociedade. Para isto, dois princípios devem ser respeitados:

1º A sociedade deve reconhecer que todos possuem certos direitos naturais, isto é, direitos dados pelo nascimento, pela nossa constituição metafísica;

2º A sociedade deve reconhecer uma cidadania plena e universal, através de boas leis e bons governos que garantam formas cada vez melhores de habitação, trabalho, alimentação, etc.

O primeiro princípio é o da cidadania potencial; o segundo, o da cidadania de fato.

A adequação dos dois princípios não significa a eliminação de todas as diferenças, mas apenas das diferenças baseadas na injustiça. Tais diferenças não são metafísicas (primeiro princípio), mas históricas (segundo princípio); portanto, o desafio não é nivelar as desigualdades, mas, respeitando o mínimo determinado pelo primeiro princípio, colocar todos no mesmo nível de Justiça.

Uma consequência muito importante da existência de dois princípios para a Justiça é que **é a injustiça que deve buscar formas de legitimação**. Pois, ao se lançar na arena política, ela já parte em desvantagem no que se refere aos direitos naturais. Isto explica, por um lado, por que a luta dos oprimidos sempre parece ser uma resistência; por outro, por que não existe nenhuma "ética da UDR" ou do Comando Vermelho, ao contrário do que podem pretender os próprios membros destas organizações³. Pois afinal, se Ética é Justiça, então o conjunto de características comportamentais empiricamente observáveis nestes grupos sociais só pode ser chamado de ideologia ou, conforme o caso, de simples *regras do jogo*.

A nova visão da ação no espaço público, acima mencionada, baseia-se não num fácil relativismo total, mas na busca de um *conjunto mínimo de normas universalmente aceitas*. Tendências à imposição cultural podem ser controladas devido ao fato de que este mínimo não é, ele próprio, cultural, mas sim metacultural: é aquele mínimo dado pelo primeiro princípio acima descrito. A fome, por exemplo, é universalmente perversa e anterior, lógica e politicamente, a qualquer outro acordo ou lei que regule a disputa dos bens

(2) Tal hipótese quanto ao futuro da humanidade aparece no fim da "Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo". Ver o volume "Weber" da coleção "Os Pensadores", página 236.

(3) A única Filosofia Moral historicamente proposta pela ideologia neoliberal é o sacrifício para quem está na miséria. Na prática, o neoliberalismo nunca conseguiu dar conta das exigências éticas.

materiais produzidos. A exigência de matar a fome do outro é anterior à política: é naturalmente humana. Por isso, é correto que o movimento pela ética, surgido para combater a corrupção política, tenha recuado para uma problemática mais fundamental - o combate à fome -, onde ele reúne até mesmo gente com posturas políticas opostas, antes de avançar para novas vitórias no front daquilo que é negociável e institucionalizável.

COMUNICAÇÃO E TÉCNICA

O filósofo alemão J. Habermas abre-nos um novo horizonte, ao propor que a ação ética assume hoje a forma de uma busca do consenso, através da comunicação.

Segundo Habermas, mesmo que a racionalização tenha provocado um conflito entre as esferas de valor, ainda há algo mais forte em comum entre os homens: o uso da linguagem. A comunicação leva os homens à busca de uma intercompreensão. A *racionalidade comunicativa* é a forma normal de ação dentro do *Mundo da Vida*, isto é, em tudo que se refere à educação, à cultura, à família, etc. Já as atividades econômicas e administrativas, cuja regulação depende do dinheiro e do poder, tomam normalmente a forma de ações estratégicas; seu lugar social (o mercado, o Estado, etc) está de fato organizado como um "sistema".

Contudo, julgamos que não se deve opor de forma dualista o Mundo da Vida e o Sistema. Muitas vezes Habermas dá a entender que é impossível agir eticamente dentro do sistema econômico e administrativo. Voltaremos assim ao dualismo weberiano entre os interesses (a racionalidade segundo os fins) e a ética (a racionalidade segundo os valores).

UM EXEMPLO: A INFORMÁTICA

A Sociologia Industrial mostra que a busca do consenso é possível e mesmo necessária, na própria esfera da vida social que tende a se organizar de forma sistêmica, isto é, nas empresas, ou nas instituições políticas.

Todas as pesquisas mostram que, dentro de uma empresa, um mínimo de comunicação é indispensável, para que se possa produzir alguma coisa. Mais: com a informatização da produção, este mínimo é maior do que antes. Nunca as racionalidades instrumental e comunicativa estiveram tão imbricadas.

Mas a comunicação exige que a dignidade e a capacidade de cada um seja reconhecida por todos. Assim, uma efetiva participação nas decisões tecnológicas e econômicas, por exemplo, é possível e necessária (nas fábricas automatizadas, ela é até indispensável), mas para isto é preciso investir na formação de uma *Cultura Técnica*.

A automação (uso de programação numérica e métodos computacionais para comandar máquinas e equipamentos) muda muita coisa no chão-de-fábrica. Ela exige uma nova Cultura Técnica, onde há necessidade de mais cooperação, mais comunicação, mais qualificação. Palavras temidas pelo modelo taylorista que reinava na indústria como sinônimo

eterno de racionalidade. Os próprios empresários se apressam em sublinhar que hoje são perfeitamente superáveis muitas das críticas à fábrica tradicional (más condições de trabalho, segmentação excessiva das tarefas, separação radical entre trabalho manual e trabalho intelectual, controle de cada fração de segundo trabalhada, etc). Críticas que antes eles negavam como simples radicalismos esquerdistas...

O computador abre novos horizontes para a Educação, e não apenas nas escolas das elites. Se com a informática os artistas descobrem um universo antes inimaginável, por que o mesmo não se daria com as crianças? Assim, já surgem as primeiras experiências onde se tenta cativar um potencial menino de rua através do lado lúdico da microinformática.

Outro campo de grandes transformações é o administrativo. A informática tomou amplos espaços nos bancos, no comércio, na administração pública. Rigorosamente falando, a informática não desburocratiza, pois ela até aumenta o grau de formalização das relações sociais (conforme o conceito sociológico de burocracia); o que ela faz é, num certo sentido, reburocratizar, isto é substituir papéis e interferências mentais, por bancos de dados e relações numéricas. Contudo esta reburocratização traz certas vantagens; agilidade, abrangência, e sobretudo a possibilidade de acesso público às informações e de controle dos favorecimentos pessoais.

UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA PRECISA TAMBÉM DE RACIONALIDADE TÉCNICA

Hoje, a organização material da sociedade exige uma *racionalidade técnica* (ou ainda: racionalidade profissional), voltada para a eficiência econômica e tecnológica. Acentuar demais a subordinação das decisões técnicas aos critérios sociais (como se chegou a defender nos anos 70) pode se transformar num patológico voluntarismo político: elas devem obedecer *também* a critérios instrumentais e até mesmo subjetivos (há uma certa paixão pela técnica que faz com que os engenheiros tomem decisões irracionais", do ponto de vista econômico).

Talvez seja preciso ir bem além de Habermas e supor que, na raiz da conciliação entre as diferentes formas da racionalidade, encontraremos provavelmente a necessidade de superação de toda a *racionalidade moderna*. Esta raiz conduz à própria reconciliação entre a existência material e simbólica dos homens e isto realmente depende de uma superação do que conhecemos como capitalismo.

O cansaço em relação a esta racionalidade moderna e antropocêntrica, que se confunde com a modernidade capitalista, já é cada vez mais forte: o mundo natural deve ser respeitado e não explorado, o mundo social deve ser desburocratizado, o mundo pessoal deve se abrir para algo mais do que a mentalidade racionalista. Alteridade quanto ao natural, o social, o pessoal. Assim os homens acabam descobrindo, ou redescobrando, o Outro mais Outro.

Vivemos um novo tempo e é preciso levá-lo a sério. A

Modernidade conseguiu, em parte, introduzir certas dimensões universais no Mundo da Vida de cada sociedade do planeta. Queiramos ou não, temos hoje universais de consumo (jeans, Coca-Cola, tóxicos...), apoiados em universais tecnológicos (da aspirina aos motores de combustão interna) e em organizações mundiais (blocos econômicos, cartéis multinacionais, OTAN, narcotráfico...). Por que não seria chegada a hora de termos também **um conjunto mí-**

nimo de universais éticos; apoiados não por burocracias ao estilo dos serviços diplomáticos, mas por redes internacionais de defesa de princípios fundamentais?

Em suma julgamos que é preciso sustentar, nesta nova fase da modernidade:

**a possibilidade do agir ético;
a necessidade do agir técnico.**